

DERRUBADA

DF - Invasão
GDF VAI RETOMAR DEMOLIÇÕES EM VICENTE PIRES. LIMINAR PROTEGE APENAS 49 CASAS

Operações continuam

Gizella Rodrigues

Os moradores de Vicente Pires ganharam tempo com a liminar concedida pela Justiça Federal à Associação Comunitária de Vicente Pires (Arvips), mas não conseguiram impedir as derrubadas no setor habitacional. O GDF anunciou, ontem, que vai retomar as operações em Vicente Pires na próxima semana. O alvo serão 242 casas construídas e 9.705 metros de muro erguidos na Vila São José e na Colônia Agrícola Samambaia.

De acordo com o secretário de Articulação de Assuntos Urbanísticos e Ambientais, José Gomes Pinheiro Neto, a liminar não protege todos os 50 mil moradores do Setor Habitacional Vicente Pires. No documento, o juiz Hamilton de Sá especifica que estariam impedidas as demolições dos associados à Arvips. Além disso, o estatuto da entidade, anexado ao processo, delimita a área de abrangência da associação pelo Córrego Samambaia, a DF-87 (a pista do Jockey Clube), a Estrutural e as chácaras 57 a 63/1.

■ Operações

Pinheiro diz que pelo quadrilátero desenhado pelas coordenadas a Vila São José e a Colônia Agrícola Samambaia ficam de fora da área beneficiada pela Arvips. Assim, o Siv-Solo e o Siv-Água já estão preparam as operações, pois a liminar protege apenas 49 casas e 2.390 metros de muros em Vicente Pires. Já na Vila São José, são 57 casas, que somam um total de 6.320 metros quadrados de área construída. Na Colônia Agrícola

Samambaia são 185 casas e 18.388 metros quadrados de área construída. Tudo isso pode ser derrubado. Nos dois setores, há 53 nascentes. "O GDF fez um compromisso e vai cumprir", afirma Pinheiro.

■ Licenças

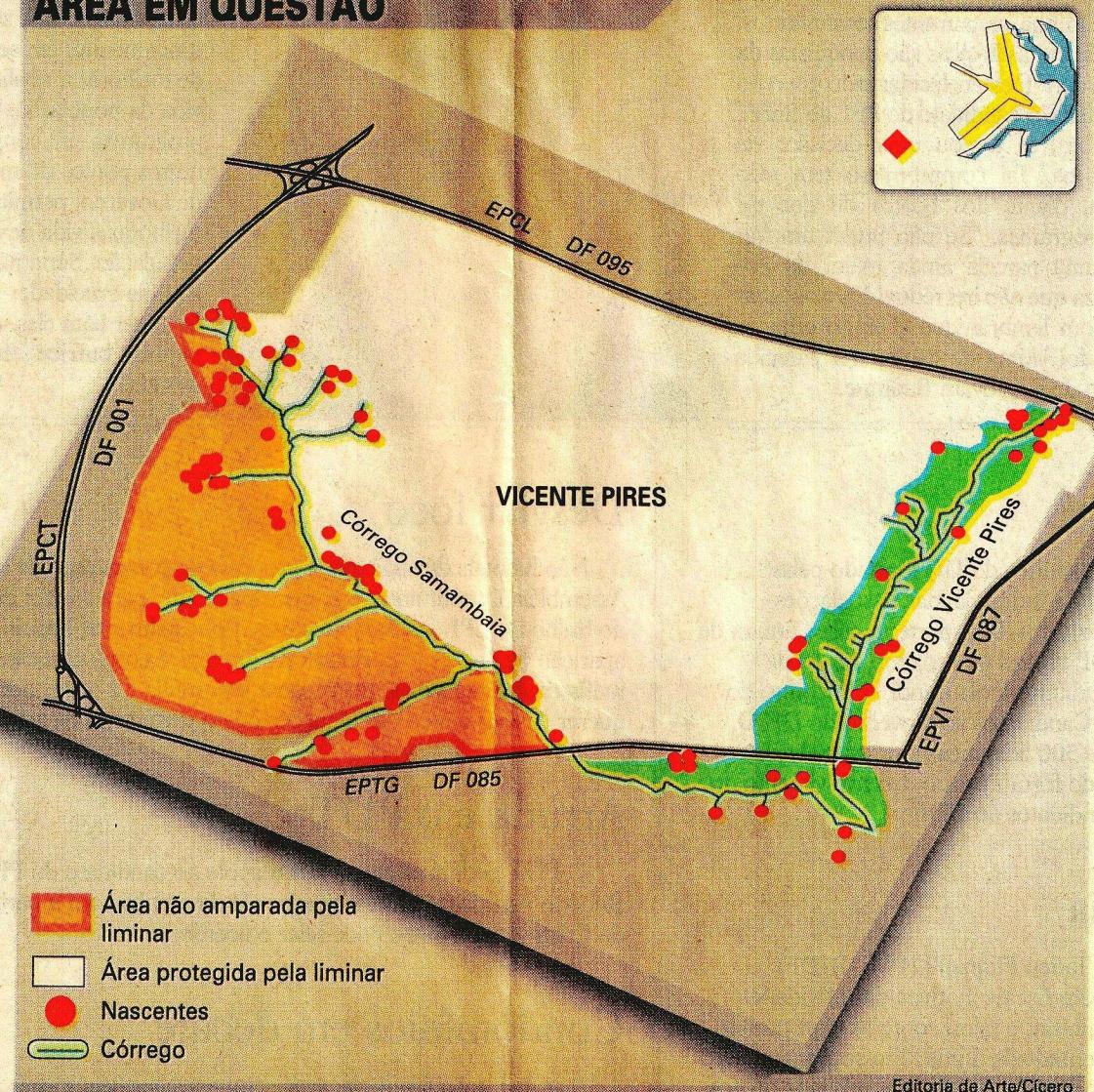
O secretário refere-se ao Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado em 22 de setembro de 2005, entre o governo, Ibama e Ministério Público. O TAC permitiu a liberação das licenças ambientais para a instalação da rede de água e esgoto em Vicente Pires, mas determinou que novas construções e invasões na área fossem impedidas e que todas as estruturas irregularmente edificadas em Áreas de Proteção Permanente (APPs) fossem desconstituídas. Mas alegando que o acordo não estava sendo cumprido, o Ibama ameaçou suspender as licenças e embargar a obra.

O subsecretário do Siv-Água, Antônio Magno, afirmou que ainda não está decidido por onde, nem quando vão começar as derrubadas e disse que prefere não divulgar as informações. "Isso não ajuda o trabalho de recuperação ambiental. Apenas beneficia o infrator que pode encontrar formas de burlar a fiscalização", justificou.

"Mas ninguém deve ficar em pânico, pois só vamos derrubar as casas irregulares, que estão em APPs. São poucas pessoas que insistem nessas ocupações e estão prejudicando toda a comunidade que pode ficar sem o abastecimento de água", ressaltou.

Também é intenção do governo derrubar a liminar até

ÁREA EM QUESTÃO



segunda-feira e, assim, ficar livre para prosseguir com as derrubadas em toda Vicente Pires. O objetivo é derrubar 549 edificações até abril do ano que vem. Até agora, 18 construções foram demolidas.

Os procuradores da Caesb estão trabalhando ao lado dos técnicos do Ibama em um relatório que será entregue ao

juiz Hamilton de Sá ainda hoje. "Vamos justificar a necessidade das derrubadas, informá-lo do TAC, dos riscos ao meio ambiente com essas construções e dos riscos à saúde da população, caso a rede de água não seja instalada", explicou o superintendente do Ibama-DF, Francisco Palhares.

Por outro lado, o presi-

dente da Arvips, Dirsomar Chaves, promete recorrer à Justiça novamente. "Me surpreende que o GDF ainda insista nessas derrubadas. Vou acionar meus advogados mais uma vez", afirmou.